

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.567 - RS (2019/0180255-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA  
**ADVOGADOS** : JULIO CESAR GOULART LANES E OUTRO(S) - RS046648  
ANDERSON FERNANDES DE BORBA - RS075077  
LEONARDO CAMIZA MACHADO - RS099920  
**AGRAVADO** : J V C S (MENOR)  
**REPR. POR** : C R C

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 571):

*"APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. UNIMED. PEDIATRIA. RECUSA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, EM SÃO PAULO/SP. URGÊNCIA COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DE HOSPITAL CREDENCIADO CAPACITADO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. COBERTURA DEVIDA.*

*1) Trata-se de ação de obrigação de fazer, através da qual a parte autora postula a cobertura do atendimento médico -hospitalar em hospital não credenciado da requerida, em razão da emergência e da complexidade do procedimento, julgada procedente na origem.*

*2) Aplica-se ao caso em comento o Código de Defesa do Consumidor, na medida em que se trata de relação de consumo. Inteligência do art. 3º, § 2º do CDC e da Súmula n2 608 do STJ.*

*3) É direito básico do consumidor a informação clara e adequada sobre os produtos e serviços disponibilizados no mercado pelos fornecedores, a teor do que preceitua o artigo 62, inciso III, do Estatuto Consumerista. Dessa feita, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do artigo 47 da referida legislação.*

*4) No caso em comento, a parte autora comprovou quantum satis, a necessidade da internação em hospital não credenciado pela requerida, nos moldes indicados pelos profissionais que acompanham o quadro clínico do infante, que, quando da interposição da ação, tinha apenas 5 meses de idade e estava acometido de SÍNDROME DO CORAÇÃO ESQUERDO HIPOPÁSTICO (fls.*

30/31), necessitando de tratamento urgente e de alta complexidade.

5) Desta feita, imperiosa a manutenção sentença, haja vista que está de acordo com a orientação deste colendo tribunal de justiça, bem como está bem fundamentada, rente aos fatos deduzidos na origem.

**APELAÇÃO DESPROVIDA"**

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 598-606.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação aos arts. 1.022, II, 489, II, 369 e 442 do Código de Processo Civil de 2015, além dos arts. 1º, § 1º, b, 8º, VII, 10º, § 4º, 12, II, e, VI, da Lei n. 9.656/98, arts. 4º, III, e 10º, § 4º, XXV e XXVI, da Lei n. 9.961/00, ao argumento, entre outros, que: a) o acórdão foi omissivo em relação aos dispositivos citados como violados; b) cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção da prova testemunhal; e c) ausência de comprovação da impossibilidade de utilização da rede credenciada na região de abrangência do plano de saúde.

Contrarrazões às fls. 628-634.

Instado a se manifestar, o d. Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, conforme parecer (fls. 675-680), da lavra da em. Subprocuradora-Geral da República, **Dra. Maria Soares Camelo Cordioli**.

É o relatório. Decido.

Cumpre observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O recurso em apelo não merece prosperar.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RS analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FACTORING. CLÁUSULA CONTRATUAL DE RECOMPRA DOS TÍTULOS EM CASO DE NÃO PAGAMENTO PELOS SACADOS/DEVEDORES. NULIDADE. PRÁTICA INCOMPATÍVEL COM A ATIVIDADE DE FOMENTO MERCANTIL. PRECEDENTES DESTA CORTE. ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES E DE DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

*1. Não há falar em ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

(...)

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1491234/ES, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019 - grifou-se)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. DESFAZIMENTO DO CONTRATO. ART. 6º DA LINDB. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. VIA ELEITA INADEQUADA. ARTS. 489 E 1.022, AMBOS DO NCPC. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO INEXISTENTES. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PANFLETOS PUBLICITÁRIOS. PROPAGANDA ENGANOSA. OCORRÊNCIA. ATO ILÍCITO COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

*2. Não há falar em omissão e falta de fundamentação no acórdão, na medida em que houve, na Corte de origem, manifestação clara e suficiente sobre a matéria controvertida, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. Afasta-se, portanto, a apontada ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC.*

(...)

7. Agravo interno não provido, com imposição de multa."

(AgInt no AREsp 1419587/GO, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019 - grifou-se)

O Tribunal de origem, à luz do acervo fático-probatório, consignou que restou demonstrado o quadro grave e a necessidade do tratamento nos moldes indicados pelos profissionais que acompanham o infante, sendo cabível a realização de hospital não credenciado em razão da emergência e impossibilidade de prestação do serviço na rede conveniada. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 580-582):

*"Pelo que se extrai dos autos, o autor, quando do ingresso da demanda contava apenas cinco meses de idade, e comprovou ser portador da moléstia denominada "síndrome do coração esquerdo hipoplásico", bem como a necessidade urgente de que fosse submetido a intervenção cirúrgica para o fim de combater a doença, em hospital não credenciado, visto que em área não coberta pelo seguro - HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA DE SÃO PAULO, em razão de contar com equipe especializada no procedimento, além de UTI especializada em pós-operatório cardíaco de alta complexidade.*

*A requerida alegou que o autor não comprovou a impossibilidade de realizar o procedimento médico dentro da área geográfica de abrangência do plano e por médico cooperado. Aduziu que o autor poderia ter sido atendido pelo Instituto de Cardiologia de Porto Alegre, o que lhe foi oferecido pela ré, de forma absolutamente satisfatória e sem custo algum, porém optou por eleger equipe médica e hospital não credenciados, não sendo obrigação contratual da demandada custear procedimentos realizados por profissionais não cooperados.*

*Conforme documento de fl. 30 restou demonstrado a contento ser expressivamente vantajoso que a cirurgia fosse realizada fora do Estado, sendo o local mais indicado o Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, com atendimento pelo Cirurgião Cardíaco José Pedro da Silva e sua equipe, expressis verbis.*

(...)

*A reforçar tal conclusão tem-se, ainda, a declaração do médico Carlo Benatto Pilla (fl.31), da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que ora reproduzo, sic:*

(...)

*Nesse contexto, restou demonstrado o quadro grave e a necessidade do tratamento nos moldes indicados pelos profissionais que acompanham o quadro clínico do infante, não cabendo ao plano de saúde avaliar a necessidade da realização do tratamento, nem o local onde deve ser realizado, incumbência essa que pertence ao profissional da medicina assistente do paciente.*

*Ademais, é possível a realização de tratamento médico em hospitais não credenciados ou fora da área de abrangência do contrato quando demonstrada a emergência/urgência (art. 35-C, I e II, da Lei n° 9.656/98) ou a impossibilidade de prestação do serviço pela rede conveniada por falta de capacitação do corpo médico ou de recusa de atendimento." (grifou-se)*

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, em casos excepcionais, como nas hipóteses de urgência ou emergência no atendimento e ausência de hospital conveniado para receber o paciente, é possível o ressarcimento das despesas efetuadas pelo beneficiário de plano de saúde em rede não conveniada. Nessa linha de intelecção, confira-se:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO NÃO CONVENIADO. PROCEDIMENTO EMERGENCIAL. REEMBOLSO DE VALORES.*

*1. Consoante a jurisprudência desta Corte, em casos excepcionais, como nas hipóteses de urgência ou emergência no atendimento e ausência de hospital conveniado para receber o paciente, é possível o ressarcimento das despesas efetuadas pelo beneficiário de plano de saúde em rede não conveniada.*

*(...)*

*4. Agravo regimental parcialmente provido."*

*(AgRg no AREsp 173.292/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 01/04/2019 - grifou-se)*

No caso, conforme se verifica do acórdão estadual, restou comprovada a situação de urgência, além da ausência de hospital conveniado capaz de proporcionar o resultado esperado pelo procedimento cirúrgico a que o menor seria submetido. Assim, a pretensão de alterar tal entendimento, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados,

ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO NÃO CONVENIADO. REEMBOLSO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. POSSIBILIDADE DE REEMBOLSO EM CASOS EXCEPCIONAIS. SÚMULA 83/STJ. PLEITO DE MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF.*

*2. A jurisprudência desta Corte entende que o reembolso das despesas efetuadas pelo tratamento médico realizado com profissional não credenciado é admitido apenas em casos especiais (inexistência de estabelecimento credenciado no local, recusa do hospital conveniado em receber o paciente, urgência da internação).*

*3. No caso, foi demonstrada a hipótese de excepcionalidade capaz de caracterizar o reembolso, qual seja a urgência na internação diante do diagnóstico de carcinoma de próstata e a inexistência de estabelecimento credenciado no local, o que atrai a incidência da Súmula n. 83 do STJ.*

*4. O Tribunal estadual que, com base nas circunstâncias fáticas dos autos, considerou configurada a situação de excepcionalidade para reembolso das despesas efetuadas em hospital de rede não credenciada ao plano de saúde. Nesse contexto, a revisão de tal entendimento não está ao alcance desta Corte, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta instância especial, ante a aplicação da Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1262282/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018 - grifou-se)

Por fim, registre-se, ainda, que o d. Ministério Público Federal também corrobora o entendimento ora externado, como consta do irretocável parecer, do qual se

decalca o seguinte excerto, adotando-o na presente motivação (fls. 679):

*"Relativamente à alegação de mérito de que inexistente fundamento idôneo para a autorização do tratamento em rede não credenciada e que havia profissional devidamente credenciado e capacitado para o atendimento necessitado pelo beneficiário, convém registrar que a douta Corte a quo – soberana na aferição dos elementos fáticos probatórios - rechaçou tais teses, assim fundamentando (fls. 582):*  
(...)

*Verifica-se que o Colendo Tribunal Estadual concluiu haver urgência na realização do tratamento e que os serviços prestados pela rede conveniada não possuíam capacitação técnica para atender o grave quadro clínico do menor, o que justificou a autorização de tratamento do infante em rede não credenciada. O acórdão está em sintonia com a jurisprudência dessa Egrégia Corte Superior e a reversão do entendimento adotado na origem ensejaria a reapreciação de fatos e provas, medida incabível, a teor do óbice disposto na Súmula 7(...)"* (grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator